



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONCURSO PÚBLICO

1

INGRESSO NA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Prova de Múltipla Escolha

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 100 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ É VEDADO AO CANDIDATO ASSINAR A PROVA, ESCREVER SEU NOME, NÚMERO DE INSCRIÇÃO OU APOR QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICÁ-LO, EM LUGAR NÃO INDICADO PARA TAL FINALIDADE, SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA E CONSEQÜENTE ELIMINAÇÃO DO CONCURSO.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 5 HORAS.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

LITERATURA E GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

Os meninos do tráfico

Os documentários sobre crianças no tráfico, recentemente vistos em todo o país, não é de provocar opiniões, mas de dilacerar o coração, que anda de sobressalto em sobressalto. Além da tentativa de desviar a atenção perseguindo inocentes, nossos representantes no Parlamento deram para executar danças constrangedoras, comemorando a absolvição de culpados confessos: é a derrocada final da decência brasileira.

Mas hoje, aqui, me interessa o filme sobre aqueles meninos do tráfico de nossas favelas: eles são nossos meninos. Nada há para discutir ou explicar. Promessas serão um insulto. O documentário – não uma ficção, mas dura realidade – é um tapa na nossa cara, esta cara-de-pau, cara de santo fingido. Cara num riso alvar? Assisti ao documentário encolhida, e tantos dias depois ainda não consegui me sentir inteira. Nunca mais serei a mesma, depois de testemunhar aquilo, e não sei de documentário mais importante neste mundo de Deus. Aqueles meninos banguelas, aquelas meninas magrelas, aquelas vozes arrastadas de sono e droga, aqueles rostos ocultos de medo ou enfrentando impassíveis aqueles olhares pedintes ou ferozes, mas muito mais pedintes, feriram como mil punhais qualquer pessoa que não estivesse demais embotada.

Espero que essa ferida seja para sempre. Desejo que nunca, nem um dia, a gente esqueça. Eu não quero esquecer, pois, sem usar drogas nem conviver com traficantes, indiretamente, como todo brasileiro, fui responsável pela vida e pela morte deles, pois todos, menos um, já morreram. Nós os matamos.

Muito mais existe do que isso que foi mostrado. Pior: muita gente poderosa, de rabo solenemente preso, vive daquela desgraça: muita cumplicidade perversa promove e mantém aquilo; tudo prolifera e floresce com muito arranjo sinistro – como sinistra, disse um daqueles meninos, era a sua vida: “a vida da gente aqui é sinistra e louca”, ele disse com sua voz fraquinha. Vou pensar todos os dias que continuam morrendo crianças iguais àquelas, que poderiam ser meus filhos, teus filhos, nossos filhos. Eram nossos, aqueles meninos e meninas, sonados, ferozes ou tristíssimos, que a gente tem vontade de botar no colo e confortar. Mas confortar com o quê? E aquela arma, e aquelas drogas, e aquela infelicidade, e aquela desesperança? Fazer o quê?

Devolver-lhes o pai morto, entregar-lhes a mãe saudável e menos desesperada, com menos sepulturas de crianças mortas a visitar? Proporcionar-lhes escola, comida, casa, família, vida – tudo isso que para sempre lhes devemos e lhes foi roubado antes mesmo de serem concebidos? Idealmente, romanticamente, se a gente colocasse nas favelas e nos morros do país inteiro uma infra-estrutura minimamente decente, policiamento honrado, escolas em funcionamento, clínicas, locais de lazer e atendimento eficientes, antes acabando com a matança entre “bandidos” e “mocinhos”. Alguma coisa iria melhorar.

Mas não há soluções à vista: só palavras e ímpetos de indignação, tudo cheirando a uma certa hipocrisia – e a flor murcha em velório. “Quando eu morrer vou descansar”, disse com uma simplicidade arrepiante um menino, tão pequeno que não podia ter mais de 10 anos. Ele morreu e morrerão muitos mais, porque nada muda. Todo aquele entre nós que usa drogas para imitar, para fazer parte, para relaxar, para fugir de problemas que não são tragédias, são apenas problemas, empurrou um pouco mais para a sua tristíssima e imerecida morte aqueles meninos e meninas, que eram nossos. Nós todos somos culpados de que eles tenham existido, sofrido, matado e morrido, sem nenhuma possibilidade de vida, de esperança e dignidade.

Espero que essa ferida e essa vergonha nos dêem alguma idéia salvadora e nos levem a uma postura determinada, que gere ações efetivas, eficientes, reais. Não promessas, não seminários com sociólogos, religiosos, psicólogos e antropólogos, médicos e, quem sabe, policiais. Não entrevistas comovidas e comoventes em televisão e jornais, mas atitudes e ações. Não acredito que elas aconteçam: deixamos que o problema se alastrasse demais, permitimos a guerra civil. Nos assustamos um pouco, aqui e ali, interrompemos a dança insensata e nos emocionamos, mas nada além disso. A ferida aberta pelo documentário e pela realidade talvez continue incomodando. Contra ela só há dois remédios: agir, ou alienar-se mais. Desejo que ela nos machuque feito brasa ardente, até o fim da nossa miserável vida.

(Lya Luft. Revista *Veja*, 05 de abril de 2006)

01. A partir da leitura do texto, pode-se inferir que a autora discute sobre

- (A) a ausência de punição para com as crianças que, drogadas e sem perspectiva social, são responsáveis pela morte de pessoas inocentes.
- (B) o testemunho de crianças que, vivendo à margem da sociedade, não se entregam ao desespero e buscam a felicidade sem culpa.
- (C) a omissão da sociedade no que concerne ao tratamento dispensado às crianças que vivem do tráfico, sem possibilidade de uma vida digna.
- (D) a atitude de alguns parlamentares que não estão dispostos a interceder junto à sociedade para reverter esse quadro desolador.

02. Leia as afirmações.

- I. **Nunca** mais serei a mesma. O termo destacado, **nunca**, expressa sentido de tempo.
- II. **Espero que essa ferida e essa vergonha nos dêem alguma idéia salvadora.** As expressões em destaque remetem à idéia contida em *Nós todos somos culpados*.
- III. **Nada há para discutir ou explicar.** As expressões em destaque, **para discutir ou explicar**, podem ser substituídas, sem alteração de sentido, por: que se discuta ou se explique.
- IV. **Eu não quero esquecer, pois sem usar drogas nem conviver com traficantes, indiretamente, como todo brasileiro, fui responsável pela vida e morte deles, pois todos, menos um, já morreram.** As expressões em destaque, **sem; nem**, estabelecem, respectivamente, sentido de adversidade e finalidade.
- V. **Nos assustamos um pouco.** O uso do pronome oblíquo está em conformidade com a norma culta.

Com relação ao texto, está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.

03. I. Para _____ aceitar essa situação de descaso para com as crianças, é necessário que entre _____ e as pessoas envolvidas haja total diálogo.
- II. Para alguns parlamentares, é preferível executar danças constrangedoras _____ propor atitudes que coíbam essa situação aviltante.
- III. As propostas para diminuir o tráfego entre as crianças estão _____ ao documento entregue aos juízes.
- IV. _____ meses que as promessas para reverter a situação continuam sem resposta.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas das frases, quanto à concordância, regência e uso de pronomes, conforme norma culta.

- (A) mim ... mim ... a ... em anexo ... Fazem
- (B) eu ... eu ... do que ... anexo ... Faz
- (C) eu ... mim ... a ... anexas ... Faz
- (D) mim ... eu ... do que ... em anexas ... Fazem

04. Assinale a alternativa correta, observando-se ortografia, acentuação, uso do hífen e acento indicativo da crase, de acordo com os preceitos da norma culta.

- (A) O ascedio ao peemedebista não para. Entre os ultra-conservadores que intervem nesse processo, encontra-se um que não trás proposta alguma para solucionar esse impasse.
- (B) As indústrias brasileiras de auto-peças não devem resistir a globalização por que não tem subsídio suficiente para se manterem. Estão na expectativa de melhora da situação.
- (C) Prestes à terminar o julgamento e bastante diciplinados, os reus acataram a decisão dos juizes sobre o ediondo crime, a exessão dos advogados que ficaram intransijentes com a resposta dos magistrados.
- (D) O pré-candidato ao cargo de assessor do ministro está às voltas com o iminente caso de denúncia contra o possível recebimento de propina. Ele não quis comentar o caso, aguardando os acontecimentos.

05. Leia os fragmentos.

I. O povo, Doroteu, é como as moscas que correm ao lugar aonde sente o derramado mel.

Tomás Antonio Gonzaga

II. A música da morte, a nebulosa, a estranha, imensa música sombria passa a tremer pela minh'alma e fria, gela, fica a tremer, maravilhosa...

Cruz e Sousa

III. Vandalismo
Meu coração tem
catedrais imensas,
Templos de priscas e longínquas datas,
Onde um nune de amor, em serenatas,
Canta a aleluia virginal das crianças.

Augusto dos Anjos

IV. Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
com que adoço meu café esta manhã
em Ipanema.

Ferreira Gullar

Assinale a alternativa correta, referente aos fragmentos.

- (A) Os textos I e II pertencem ao Arcadismo, havendo a preocupação com o "Carpe Diem" e o ideal do "Fugire Urbem", assim como o emocionalismo romântico de idealização da amada.
- (B) O texto II, através das imagens apresentadas, procura representar a transcendência, a transformação da realidade banal e cotidiana para outras dimensões metafísicas, características do Simbolismo.
- (C) Os textos III e IV apresentam o subjetivismo e o desejo de evasão no espaço, reforçando uma concepção romântica da existência, com sujeito lírico que confessa seu amor pela amada.
- (D) No texto III, assim como em toda a poesia contemporânea, nota-se uma preocupação de engajamento dos escritores nas questões sociopolíticas de seu tempo, permeando toda a produção dessa época.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

06. Eram sem conta os exageros que logo correram mundo a respeito das novas minas e a fama de Cuiabá (...) De granetes de ouro, contava-se, serviam-se os caçadores em suas espingardas, à guisa de chumbo, e de ouro eram as pedras em que nos fogões se punham as panelas. A tanto chegava a abundância do metal precioso que, arrancando-lhe touceiras de capim nos matos, vinham as raízes vestidas de ouro.

Mas não era essa riqueza que a princípio impelira os sertanistas para o remoto sertão. (...)

O primeiro paulista (...) a alcançar as beiradas do Rio Cuiabá foi, ao que se sabe, Antônio Pires de Campos e este ia, não em busca do metal precioso (...) O segundo foi Pascoal Moreira Cabral (...)

(Sérgio Buarque de Holanda, *As Monções*, In: *História Geral da Civilização Brasileira*)

A presença dos sertanistas nas origens do Mato Grosso está diretamente relacionada com a

- (A) produção de açúcar para o mercado externo.
- (B) exploração da erva-mate para o consumo interno.
- (C) procura e captura de índios para serem escravizados.
- (D) demarcação das fronteiras com a América espanhola.

07. Espalhada a notícia de que os adotivos, que formavam o “poder econômico” da Província, preparavam-se para eliminar as mais importantes figuras ligadas à exaltação nacionalista, os “zelosos” decidiram tomar a dianteira. (...)

Reunidos na residência de Joaquim de Almeida Falcão, presidente da Câmara de Cuiabá e dos “zelosos” (...) deliberaram agir imediatamente. E na noite de 30 de maio de 1834, tomado pela Guarda Nacional o quartel dos Municipais Permanentes, armada a tropa desenfreada, cercadas as casas dos adotivos de maior evidência, a um toque de clarim, que era o sinal combinado, iniciou-se a desordem: assaltos às residências de adotivos, ataques e saques no comércio.

(Arthur Cezar Ferreira Reis, Mato Grosso e Goiás, In: *História Geral da Civilização Brasileira*)

O fragmento faz referência

- (A) à Rusga.
- (B) à rebelião de Tanque Novo.
- (C) ao conflito de limites com o Amazonas.
- (D) à rebelião comandada pelo coronel Mascarenhas.

08. Entre dezembro de 1864 e meados de setembro de 1865, o Paraguai esteve na ofensiva militar, ao invadir o território brasileiro e o argentino. Solano López planejou uma guerra-relâmpago que, se bem-sucedida, resultaria em um novo equilíbrio de poder no Prata. O plano, porém, foi frustrado por um conjunto de fatores. (...)

Envolvido por uma guerra inesperada, o Império do Brasil foi surpreendido com o Exército despreparado a ponto de, seis meses depois de iniciada a luta, não ter conseguido tomar a ofensiva. Mato Grosso (...) tornou-se alvo fácil para a invasão paraguaia.

(Francisco Fernando Manteoliva Doratioto, *Maldita guerra – Nova história da Guerra do Paraguai*)

Na Guerra do Paraguai, as operações militares paraguaias começaram com a invasão do Mato Grosso, que pode ser explicada pela

- (A) disputa territorial entre o Mato Grosso e a Bolívia.
- (B) interferência do Mato Grosso na guerra do Chaco.
- (C) recusa do Brasil em permitir a livre navegação no Prata.
- (D) condição de ser a província mais isolada e desprotegida do Império.

09. Em 1995 a soja ocupa em Mato Grosso aproximadamente 2.280.360 ha, detendo esse estado a segunda maior área de produção do país, contribuindo com 20% no conjunto nacional. Entretanto, apesar do significativo aumento da área cultivada, a magnitude da difusão espacial no tempo não revela correspondência com os índices registrados para a produção. Assim, entre 1985 e 1995 a produção registrou um crescimento de 264% contra 177% da área.

(Júlia Adão Bernardes, *As estratégias do capital no complexo da soja*, In: Iná Elias de Castro et alii (org.), *Brasil: questões atuais da reorganização do território*)

O ritmo de crescimento da produção de soja ser maior que o crescimento das áreas de cultivo revela

- (A) uma significativa retração na comercialização das sementes modificadas.
- (B) a aplicação de elevados níveis de tecnologia na produção desse grão.
- (C) o esgotamento das áreas disponíveis para a agricultura extensiva.
- (D) a ampliação do número das pequenas e médias propriedades.

10. Na grande região de Rondonópolis há presença de grandes empresas agroindustriais, como é o caso da Ceval e da Sadia. Essas empresas estão relacionadas com o esmagamento da soja, cujo processo resulta, entre outros caminhos, na produção de

- (A) sementes geneticamente modificadas, que atende aos mercados de soja do sul do país, como o Paraná.
- (B) óleo combustível, que abastece exclusivamente o mercado externo, em especial Japão e União Européia.
- (C) insumos agrícolas para a agricultura de milho e algodão das regiões ao sul do Estado do Mato Grosso.
- (D) farelo de soja, que é muito utilizado na produção de ração para a alimentação animal, como aves, suínos e bovinos.

DIREITO CIVIL

11. Maria, de nacionalidade italiana, casada pelo regime de comunhão parcial de bens com José, brasileiro, faleceu em 15 de maio de 1998, sem deixar filhos, quando mantinha residência na Itália, porém seus bens imóveis estão todos localizados em território brasileiro. Maria deixou testamento escrito, realizado sem a presença de testemunhas, na forma autorizada pela legislação italiana, favorecendo seus sobrinhos italianos. Seus demais sobrinhos, residentes no Brasil, ingressaram com ação para anular o referido testamento. Diante deste fato, é correto afirmar que se aplica
- (A) a lei brasileira ao caso em tela, haja vista que os bens estão situados no Brasil, sendo nulo o testamento celebrado sem testemunhas em face do Código Civil brasileiro.
 - (B) a lei italiana, porque, em caso de sucessão *causa mortis* de bens de estrangeiros, aplica-se a lei brasileira sempre que não lhe seja mais favorável que outra, sendo válido o testamento.
 - (C) a lei brasileira para a nulidade do testamento, porém deverá ser obedecida a reserva da herança do cônjuge, haja vista ser ele herdeiro necessário, nos termos do Código Civil.
 - (D) a lei italiana, sendo o testamento válido, por ter sido feito de acordo com a legislação italiana e somente seria analisado à luz da lei brasileira se fosse para beneficiar o cônjuge.
12. Considerando a revogação do art. 194 do Código Civil, pela Lei n.º 11.280/06, que alterou a redação do § 5.º do art. 219 do CPC, o que possibilita o reconhecimento de ofício da prescrição, pode-se afirmar que
- (A) as partes interessadas poderão alterar os prazos prescricionais, exceto quando houver interesse de absolutamente incapazes.
 - (B) a renúncia da prescrição poderá ser tácita e somente valerá se não houver prejuízo de terceiro.
 - (C) a prescrição poderá ser alegada em qualquer grau de jurisdição, apenas quando favorecer o absolutamente incapaz.
 - (D) a exceção não mais prescreve no mesmo prazo em que a pretensão, haja vista que o juiz poderá reconhecê-la de ofício.
13. Para a resolução do contrato por onerosidade excessiva, assinale a alternativa correta.
- (A) Poderá ser invocado o instituto, desde que haja qualquer desvantagem a uma das partes, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.
 - (B) Somente os contratos bilaterais, perfeitos ou não, e os unilaterais onerosos suportam a resolução por onerosidade excessiva.
 - (C) Não haverá possibilidade, uma vez invocada a resolução por onerosidade, de ser evitada pelo réu, exceto se puder ser alterado o modo de executá-lo.
 - (D) Existindo no contrato cláusula de escala móvel, torna-se impossível a aplicação da teoria da imprevisão ou resolução do contrato.
14. Um ônibus da empresa de transporte São João, levando passageiros de São Paulo para Cuiabá, sofreu acidente em 12 de agosto de 1998, causado por terceiro identificado que, dirigindo automóvel em alta velocidade, colidiu com o ônibus, arremessando-o ladeira abaixo. Em decorrência deste acidente, faleceu um dos passageiros, já que se recusou a viajar sentado e com cinto de segurança, concorrendo para o evento morte. A família da vítima ingressou com ação de reparação de danos morais e materiais em 03 de agosto de 2003. Diante destes fatos, assinale a alternativa correta.
- (A) A empresa de ônibus não responde civilmente perante a ação proposta, pelos familiares da vítima, uma vez que sua responsabilidade é elidida por culpa de terceiro identificado.
 - (B) A empresa de ônibus não responde civilmente, uma vez que prescreveu o direito de propor a ação de reparação de danos, em razão do prazo prescricional indicado pela lei civil.
 - (C) A empresa de ônibus é sempre responsável, em razão do contrato de transporte, sem poder invocar qualquer excludente de responsabilidade, ainda que o transporte fosse de cortesia.
 - (D) A empresa de ônibus é responsável, sendo nula qualquer cláusula que exclua a responsabilidade declarada no bilhete de passagem, devendo o juiz reduzir a indenização equitativamente.
15. Sobre casamento anulado, celebrado em 03 de agosto de 1997, em que houve o nascimento de filhos e aquisição de patrimônio durante sua constância, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A partilha de bens será realizada de acordo com o regime de bens adotado por ocasião da realização do matrimônio.
 - (B) Terá direito à sucessão do filho o cônjuge reconhecido de má-fé, em razão da legitimidade da filiação.
 - (C) O cônjuge inocente não terá que devolver as vantagens havidas durante o casamento advindas de patrimônio do outro.
 - (D) Para ser considerado putativo, há de se levar em conta se o cônjuge inocente estava ou não acobertado por erro escusável.
16. Paulo contratou um advogado para propor ação com a finalidade de revisão de sua aposentadoria. A ação foi julgada improcedente em primeira instância e seu advogado deixou de interpor recurso de apelação no prazo devido. Em razão desse fato, é correto afirmar que o advogado
- (A) não é responsável, pois não se indeniza um dano hipotético, uma vez que a vitória da demanda não estava garantida.
 - (B) somente poderá ser responsabilizado em razão se ficar demonstrado que seu cliente teria oportunidade de vencer a demanda com a reforma da decisão.
 - (C) é responsável pela perda do direito do cliente de não ver sua causa julgada em instância superior.
 - (D) será responsabilizado, mesmo que não demonstre qualquer causa excludente de responsabilidade civil.

17. Em relação ao contrato de fiança, é correto afirmar que
- (A) pode-se estipular fiança, ainda que sem consentimento do devedor.
 - (B) o fiador continuará obrigado mesmo se o credor conceder moratória ao devedor.
 - (C) o fiador poderá exonerar-se da fiança sempre que lhe convier.
 - (D) as dívidas futuras não podem ser objeto de contrato de fiança.

18. Em se tratando de cláusula de inalienabilidade em disposição testamentária,
- (A) é possível liberá-la em razão de desapropriação, sem qualquer restrição a outro tipo de propriedade.
 - (B) não é possível a transferência do ônus a outro imóvel, sob pena de lograr a vontade do testador.
 - (C) não é possível estendê-la para a impenhorabilidade e a incomunicabilidade se essas não estiverem expressas.
 - (D) é possível liberá-la em face da necessidade de seu uso em razão da função social da propriedade.

19. Considere as seguintes assertivas:

- I. O direito de imagem reveste-se de duplo conteúdo: moral visto ser direito da personalidade; patrimonial, porque assentado no princípio que veda o locupletamento indevido.
- II. Na vertente patrimonial, o direito à imagem não pode ser objeto de exploração econômica, regendo-se pelos princípios aplicáveis aos demais direitos de personalidade.
- III. Em razão do direito à imagem, o dano é a própria utilização da imagem indevida para fins lucrativos, sendo necessária a demonstração de prejuízo material ou moral.
- IV. O direito à imagem consiste no direito que a pessoa tem sobre a sua forma plástica e sem considerar seus componentes distintos.
- V. O direito à imagem sofre limitações, como todos os direitos privados.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) II e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I e V.
 - (D) IV e III.
20. Não são bens imóveis:
- (A) apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade.
 - (B) direito à sucessão aberta.
 - (C) solo e tudo que se lhe incorpore artificialmente.
 - (D) materiais provisoriamente separados de um prédio.

21. Com relação ao contrato de compra e venda, pode-se afirmar que
- (A) é contrato que transmite a propriedade da coisa vendida.
 - (B) o preço não pode ser fixado por arbítrio de um terceiro ao contrato.
 - (C) a compra e venda aleatória pode presumir-se, em face da natureza do negócio.
 - (D) a venda aleatória pode se referir a coisas existentes, mas expostas a risco.
22. Analisando-se a personalidade jurídica, para fins de direito privado,
- (A) é caracterizado o abuso da personalidade apenas por seu desvio, podendo o juiz desconsiderá-la a pedido do interessado.
 - (B) dissolvida a pessoa jurídica, esta poderá permanecer funcionando até que sua liquidação se conclua.
 - (C) não poderá ser requerida sua desconsideração pelo Ministério Público, por se tratar de direito patrimonial privado.
 - (D) os atos dos administradores provisórios não obrigam a pessoa jurídica, exceto se nomeados judicialmente.

DIREITO PENAL

23. A tese defensiva do furto famélico consiste em demonstrar ao juiz da causa que
- (A) em face da insignificância da coisa alheia móvel subtraída, não deve ser aplicada pena.
 - (B) em face da insignificância da coisa alheia móvel subtraída, o fato é atípico.
 - (C) pelo princípio da bagatela, somente coisas de valor econômico apreciável podem ser objeto do crime de furto.
 - (D) o agente subtraiu o bem em estado de necessidade, não lhe havendo outra opção para saciar a fome.
24. São princípios aparentes de normas:
- (A) proporcionalidade, especialidade e consunção.
 - (B) especialidade, subsidiariedade e consunção.
 - (C) alternatividade, proporcionalidade e consunção.
 - (D) proporcionalidade, especialidade e subsidiariedade.
25. A *abolitio criminis* faz cessar
- (A) somente a execução da pena.
 - (B) os efeitos secundários da sentença condenatória, mas não a sua execução.
 - (C) a execução da pena e também os efeitos penais secundários da sentença condenatória.
 - (D) a execução da pena em relação ao autor do crime, mas este benefício é pessoal e não se estende aos co-autores do delito.

26. Trata-se de causa suprallegal de exclusão da culpabilidade:
- (A) legítima defesa.
 - (B) inexigibilidade de conduta diversa.
 - (C) embriaguez preordenada.
 - (D) exercício regular do direito.
27. Entende-se por crime falho
- (A) o mesmo que tentativa perfeita, ou seja, o agente pratica todos os atos possíveis e necessários para a consumação do crime que, ainda assim, não se consuma.
 - (B) o mesmo que tentativa imperfeita, ou seja, o agente utiliza-se de um objeto absolutamente impróprio para a prática do crime.
 - (C) o mesmo que tentativa quase perfeita, ou seja, o agente utiliza-se de meios absolutamente ineficazes para a consumação do delito.
 - (D) aquele que não se consuma porque o agente desiste de praticá-lo.
28. “A” e “B”, estudantes de medicina, entraram em uma loja de conveniência. Após alguns minutos no interior do estabelecimento, “A” chamou o único funcionário que havia no local para perguntar-lhe algo e, enquanto os dois conversavam, “B” colocou em sua mochila barras de chocolate e uma garrafa de vinho, deixando o local sem ser percebido. “A”, ao notar que “B” já havia deixado o local em segurança, despede-se do funcionário e também deixa o estabelecimento. “A” e “B” cometeram em co-autoria
- (A) furto famélico.
 - (B) estelionato.
 - (C) furto qualificado por destreza.
 - (D) furto qualificado por fraude.
29. A prisão em flagrante, no delito de concussão, ocorre no momento
- (A) da exigência, pois trata-se de crime formal.
 - (B) do recebimento da vantagem, pois trata-se de crime material.
 - (C) da exigência ou do recebimento da vantagem, pois trata-se de crime de mera conduta.
 - (D) da exigência ou do recebimento, pois trata-se de crime formal.
30. “A”, prefeito da cidade, na presença de diversas pessoas, passou a se referir a “B”, empresário renomado, de forma humilhante e desafiadora, dizendo que esse último “era um crápula, pois tratava seus empregados como se fossem lixo, fazendo-os trabalhar em suas fazendas por remunerações indignas, sem sequer direito a férias ou 13.º salário”. A conduta praticada por “A” tipifica o crime de
- (A) difamação, não sendo admissível a exceção da verdade nesse caso.
 - (B) calúnia, sendo admissível a exceção da verdade nesse caso.
 - (C) injúria, não sendo admissível a exceção da verdade nesse caso.
 - (D) difamação, sendo admissível a exceção da verdade nesse caso.
31. O tipo penal é composto de elementos
- (A) objetivos e subjetivos, apenas.
 - (B) descritivos, objetivos e subjetivos.
 - (C) normativos, subjetivos e objetivos.
 - (D) objetivos, subjetivos, normativos e descritivos.
32. Qual das condutas exclui a tipicidade do crime de perigo de contágio venéreo?
- (A) Fornecer remédios para a parceira ou parceiro após a contaminação.
 - (B) Utilizar preservativo durante a conjunção carnal.
 - (C) Manter relações sexuais com prostituta.
 - (D) Avisar a parceira ou o parceiro do possível contágio venéreo.
33. Para justificar sua ausência no emprego, “A” apresenta atestado médico falso a seu patrão. A conduta praticada por “A” é considerada
- (A) fato atípico, vez que agiu sem dolo.
 - (B) fato típico consistente no crime de falsidade de atestado médico.
 - (C) fato típico consistente no crime de uso de documento falso.
 - (D) fato típico, porém, não criminoso, visto que há exclusão de ilicitude da conduta de “A” que agiu em estado de necessidade, temendo ser despedido do emprego.

34. Considere as assertivas.

- I. O homicídio praticado contra uma criança torna-o qualificado, em face da maior dificuldade de defesa da vítima.
- II. A premeditação, que em certos casos pode revelar a maldade de espírito, não é qualificadora do crime de homicídio.
- III. A eutanásia pode ser citada como exemplo de homicídio privilegiado, uma vez que o autor do crime age para aliviar a dor e o sofrimento de uma pessoa desenganada pela medicina e com uma doença reconhecidamente incurável.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controverterem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, utilizar-se da

- (A) assistência.
- (B) oposição.
- (C) denúncia da lide.
- (D) chamamento ao processo.

36. O valor da causa constará sempre da petição inicial e será,

- (A) havendo cumulação de pedidos, o de maior valor.
- (B) na ação de alimentos, a soma de 6 prestações mensais, pedidas pelo autor.
- (C) sendo alternativos os pedidos, o valor do pedido principal.
- (D) na ação de divisão, demarcação e de reivindicação, a estimativa oficial para lançamento do imposto.

37. Na prova pericial,

- (A) incumbe às partes, dentro de 10 dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito, apresentar os quesitos.
- (B) os assistentes técnicos são sujeitos a impedimento ou suspensão.
- (C) o perito apresentará o laudo no cartório, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- (D) a segunda perícia substitui a primeira.

38. Na medida cautelar,

- (A) o indeferimento da medida não obsta a que a parte intente a ação, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de decadência do direito do autor.
- (B) o juiz poderá, quando se tratar de arresto, decretar o arresto dos frutos e rendimentos do imóvel reivindicado, se o réu, depois de condenado por sentença ainda sujeita a recurso, os dissipar.
- (C) cabe à parte propor a ação, no prazo de 15 dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.
- (D) quando a causa principal penda de julgamento no tribunal sobre alimentos provisionais, processar-se-á, no próprio tribunal, o pedido de alimentos provisionais.

39. A remição

- (A) deve ser feita pelo preço de avaliação dos bens.
- (B) será exercida no prazo de 24 horas que mediar entre a arrematação e a assinatura do auto.
- (C) entre vários pretendentes, preferirão os descendentes.
- (D) pode ser parcial, mesmo quando há licitante para todos os bens.

40. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- (A) ocorrer à superveniência de lei de conteúdo oposto ao da coisa julgada.
- (B) for contrária a entendimento sumulado pelos tribunais superiores.
- (C) for fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos da causa.
- (D) decorrer de falta profissional cometida pelo patrono da parte originalmente sucumbente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas,

- (A) insistirá, junto ao Tribunal de Justiça do respectivo Estado, no pedido de não arquivamento.
- (B) fará remessa do inquérito ou peças de informação ao Presidente do Tribunal de Justiça do respectivo Estado para a apreciação deste.
- (C) fará remessa ao Procurador-Geral para o que a este aprouver em termos legais.
- (D) insistirá, junto ao Ministério Público do Estado, no pedido de não arquivamento.

42. Concedido o perdão a um dos réus, extingui-se-á a punibilidade em relação a todos, desde que aceitem o perdão concedido, consoante o artigo 51 do Código de Processo Penal. Este fenômeno de extensão decorre do princípio da
- (A) fungibilidade.
 - (B) intranscendência.
 - (C) correlação.
 - (D) indivisibilidade.
43. Pode-se afirmar que competência é a medida ou o limite da jurisdição, configurando o âmbito de atuação de cada juiz ou Tribunal no exercício de sua função. Desse modo, competência é
- (A) pressuposto processual de validade de instância.
 - (B) condição da ação.
 - (C) uma ordem lógico-jurídica de procedência.
 - (D) uma em face do persecutório penal.
44. Meios de prova são todos os recursos, diretos ou indiretos, utilizados para alcançar a verdade dos fatos no processo. No juízo penal, serão, todavia, observadas as restrições à prova estabelecidas na lei civil somente
- (A) em relação a questões que venham a suscitar nulidades absolutas.
 - (B) quanto ao estado das pessoas.
 - (C) quanto às questões preliminares.
 - (D) em relação a questões que venham a suscitar nulidades relativas.
45. O conjunto de vestígios deixados pelo crime denomina-se
- (A) corpo de provas.
 - (B) corpo de delito.
 - (C) exame de corpo de delito.
 - (D) caráter pericial do exame de corpo de delito.
46. Acarear, ou acaroar, é confrontar cara a cara, face a face, pessoas cujas declarações destoam não necessariamente em nível de essencialidades. Assim, o primeiro requisito para a acareação é a existência de
- (A) má-fé declarada de um dos réus em face do outro.
 - (B) outros requisitos materiais para a delação premiada.
 - (C) anteriores e divergentes declarações.
 - (D) compromisso formal descumprido de dizer a verdade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

47. Na hipótese de edição de emenda constitucional que suprima, como medida de combate ao terrorismo, o dispositivo da Constituição de 1988 que reconhece a liberdade de crença religiosa, essa emenda
- (A) terá como fundamento de validade o princípio constitucional da segurança e o interesse público, sendo resultado da chamada *ponderação de valores*, realizada com base na liberdade de conformação do legislador.
 - (B) será inconstitucional, por afrontar direito fundamental, mas apenas o Supremo Tribunal Federal poderá reconhecer essa inconstitucionalidade, por se tratar de emenda à Constituição.
 - (C) deverá ser aplicada imediatamente, inclusive nos processos em curso, até porque a alegação de inconstitucionalidade não pode ser validamente sustentada em face de emenda à Constituição.
 - (D) será inconstitucional, devendo cada magistrado, nos processos em curso na primeira instância, cuja decisão envolva necessariamente a aplicação da emenda à Constituição, afastá-la, ainda que de ofício.
48. O direito à vida, na Constituição de 1988,
- (A) é direito que se sobrepõe, numa precedência abstratamente formulada, a todos os demais, sendo considerado absoluto.
 - (B) poderá ceder, numa determinada hipótese conflitiva com outro direito fundamental.
 - (C) decorre do princípio maior da dignidade da pessoa humana, princípio absoluto, e tem como decorrência o direito (implícito) a um meio ambiente sadio e equilibrado.
 - (D) prevalece em relação a todas as liberdades públicas e tem eficácia limitada, pois a legislação pode autorizar, validamente, a eutanásia e o aborto, reduzindo o âmbito inicial de proteção constitucional.
49. A liberdade de reunião
- (A) pressupõe sua realização em local público, sendo vedada em local de proteção ambiental, por ser bem de uso comum do povo e em prédios públicos, com destinação específica.
 - (B) deve ter caráter permanente e ser exercida durante o dia.
 - (C) é atualmente vedada aos funcionários públicos, pois exige-se que lei regulamente o seu exercício.
 - (D) não é tutelada constitucionalmente quando se tratar de reunião armada, hipótese na qual poderá ser dissolvida, pela autoridade competente, independentemente de decisão judicial.

50. O habeas data

- (A) tem seu cabimento dependente da comprovação, pelo interessado, da recusa na edição de ato normativo.
- (B) pode ser proposto por pessoa física, nacional ou estrangeira, mas não por pessoa jurídica.
- (C) admite pedido para retificar ou eliminar informações, ainda que verdadeiras.
- (D) pode ser utilizado para obter a indenização pelos danos provocados pelo uso abusivo ou ilícito das informações.

51. Na incompatibilidade manifesta entre lei ordinária federal e lei complementar estadual,

- (A) prevalecerá a lei ordinária federal, salvo se se tratar de lei complementar estadual regulamentadora de direitos individuais ou políticos.
- (B) tem-se uma hipótese constitucional de cabimento do recurso especial no caso de decisão recorrida que tenha julgado válida a lei estadual (ilegalidade da decisão).
- (C) o problema é de natureza constitucional.
- (D) prevalece a lei posterior (lei mais recente), salvo determinação expressa em sentido contrário na Constituição Federal.

52. Quanto ao Estado federal brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a competência comum é cumulativa, paralela, simultânea e legislativa.
- (B) não se admite a teoria das competências implícitas.
- (C) a competência enumerada foi atribuída aos estados-membros, consoante o modelo alemão.
- (D) pode haver delegação da competência legislativa privativa expressa da União para os estados-membros.

DIREITO ADMINISTRATIVO

53. Por faixa de fronteira entende-se a faixa até

- (A) 150 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, destinada à defesa do território nacional.
- (B) 100 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres e da faixa litorânea, considerada fundamental à defesa do território nacional.
- (C) 200 quilômetros de largura, ao longo da faixa litorânea, destinada à defesa do território nacional.
- (D) 180 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, cuja ocupação e utilização serão regulamentadas por lei.

54. A atuação do poder público que impõe limitações ao proprietário de imóvel, obstaculizando totalmente o exercício do direito de propriedade, caracteriza

- (A) requisição administrativa.
- (B) tombamento.
- (C) servidão administrativa.
- (D) desapropriação indireta.

55. Por agência executiva entende-se

- (A) uma qualificação atribuída a autarquias ou fundações que tenham celebrado contrato de gestão com a Administração.
- (B) pessoa jurídica de direito público, criada sob a forma de autarquia de regime especial, com a finalidade de fiscalizar a prestação de serviços públicos.
- (C) associação pública, criada pela junção de entes da Federação, para prestação de serviços públicos de interesse comum.
- (D) qualificação atribuída a empresas públicas e autarquias, que tenham um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento, e que tenham firmado contrato de gestão com a Administração Pública.

56. Assinale a alternativa correta.

- (A) Serviços públicos administrativos são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência e oportunidade para os membros da coletividade, presta diretamente ou por meio de autorização, permissão ou concessão, nas condições regulamentadas e sob seu controle, assumindo o risco dessa prestação, mesmo que a remuneração seja deferida aos terceiros prestadores do serviço, hipótese em que o particular prestará o serviço em nome da Administração.
- (B) Serviços de utilidade pública são os que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público, tais como higiene e saúde pública. Devem ser prestados pela própria Administração, pois pressupõem o exercício da supremacia sobre os administrados.
- (C) Serviços gerais são aqueles que a Administração presta sem ter usuários determinados, visando atender à coletividade no seu todo, como os de polícia, iluminação pública e calçamento. São serviços que visam satisfazer indiscriminadamente a população. São serviços indivisíveis, ou seja, não mensuráveis em sua utilização.
- (D) Serviços industriais são os que produzem renda para quem os presta, mediante a remuneração da utilidade usada ou consumida. Essa remuneração só pode ser criada por lei e tem a característica tributária de imposto, sendo sempre fixada por iniciativa exclusiva do Poder Público, quer quando o serviço é prestado por seus órgãos ou entidades, quer quando por concessionários, permissionários ou autorizatários.

57. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- I. Diz-se do princípio da proporcionalidade que, além da congruência entre os fins buscados pela norma e os meios assumidos pelo agente, a medida deve ser necessária, considerando-se que o particular tem direito à menor desvantagem possível.
- II. A Lei de Licitações, Lei n.º 8.666/93, ao determinar que o pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, realização de obras e prestação de serviços, deve ser feito de acordo com a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, traduz a aplicação concreta do princípio da impessoalidade no direito brasileiro.
- III. Nas relações administrativas de caráter estatutário, a autonomia da vontade apenas se expressa na formação do ato jurídico. Os direitos e deveres resultantes dessa relação são regulamentados por ato unilateral do Estado, a que se submete a outra parte, com vistas à consecução dos fins públicos.

Pode-se afirmar que está correto o contido em

- (A) apenas I e III.
- (B) apenas II e III.
- (C) apenas I e II.
- (D) I, II e III.

58. A lei estadual que autoriza o Poder Executivo a apreender e desemplacar veículos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, encontrados em situação irregular, bem como em desacordo com as exigências da respectiva permissão ou concessão, é

- (A) constitucional, porque a norma legal versa sobre questão de direito administrativo, na medida em que envolve a fiscalização da prestação de serviços públicos e, portanto, insere-se no âmbito da competência do Estado-membro da Federação.
- (B) inconstitucional, porque a fiscalização da prestação do serviço público deve ser realizada por agência reguladora, instituída para esse fim, e não pelo Poder Executivo.
- (C) constitucional, porque a fiscalização da prestação do serviço não está inserida no âmbito do exercício do poder de polícia do Estado, mas, no caso, os Estados-membros da Federação podem legislar sobre transporte intermunicipal, porque, embora se cuide de matéria de competência privativa da União, existe lei complementar federal vigente, autorizando os Estados a legislar sobre questões específicas, na forma prevista na Constituição Federal.
- (D) inconstitucional, porque o Estado-membro da Federação não tem poder de fiscalização sobre o transporte intermunicipal de passageiros.

DIREITO TRIBUTÁRIO

59. O custeio do sistema previdenciário dos servidores dos Estados e Municípios

- (A) deve ser suportado pelo orçamento dos respectivos entes políticos e pelos repasses efetuados pela União, por meio dos Fundos de Participação de Estados e Municípios.
- (B) deve, após a Emenda Constitucional n.º 41, ser suportado exclusivamente pela União, por meio dos repasses aos Fundos de Participação de Estados e Municípios, respectivos.
- (C) não poderá ser efetuado por meio de contribuições, cuja competência tributária é exclusiva da União.
- (D) poderá ser efetuado por meio de contribuições instituídas, respectivamente, pelos Estados e Municípios, cobradas de seus servidores.

60. Quais impostos não necessitam respeitar o princípio nonagesimal (princípio da nonagésima), estatuído no artigo 150, III, c, da CF/88?

- (A) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores e imposto sobre a propriedade territorial urbana, com relação à fixação de sua respectiva base de cálculo.
- (B) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores e imposto de transmissão *inter vivos*, com relação à fixação de sua respectiva base de cálculo.
- (C) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e imposto de transmissão *inter vivos*, com relação à fixação de sua respectiva base de cálculo.
- (D) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e imposto sobre serviços de qualquer natureza, com relação à fixação de sua respectiva base de cálculo.

61. A lei tributária pode ser aplicada retroativamente

- (A) quando deixa de definir determinado evento como infração, ainda que já definitivamente julgado.
- (B) quando for expressamente interpretativa.
- (C) na hipótese de extinção do tributo.
- (D) na hipótese de instituição de substituição tributária.

62. São exemplos de tributos sujeitos ordinariamente a lançamento de ofício (direto) e por homologação (autolancamento), respectivamente:

- (A) o imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza; o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- (B) o imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza; o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros.
- (C) a contribuição de melhoria; o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- (D) o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias; o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros.

63. Constitui certidão positiva com efeitos de negativa:

- (A) certidão em que conste a existência de créditos vencidos em favor do Fisco.
- (B) certidão que indica a existência de créditos em favor do Fisco, bem como a existência de valores a serem compensados pelo contribuinte.
- (C) certidão que aponte para existência de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- (D) certidão que indica a existência de créditos em favor do Fisco já alcançados pela nódoa da prescrição ou decadência.

DIREITO ELEITORAL

64. É correto afirmar que

- (A) o partido político, antes de adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, deverá registrar o seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) é lícito ao partido político adotar uniforme para seus membros.
- (C) só o partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral terá acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- (D) só é admitido o registro do estatuto do partido político que tenha caráter pelo menos estadual.

65. O direito de sufrágio compreende

- (A) a capacidade eleitoral ativa, chamada de elegibilidade.
- (B) a capacidade eleitoral passiva, chamada de alistabilidade.
- (C) os direitos políticos.
- (D) o direito de voto.

66. É correto afirmar que

- (A) no processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.
- (B) é elegível, no Município desmembrado e ainda não instalado, o cônjuge do Prefeito do Município-mãe, ou de quem o tenha substituído, dentro dos 6 meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo.
- (C) conquanto investido de poder de polícia, tem legitimidade o juiz eleitoral para, de ofício, instaurar procedimento com a finalidade de impor multa pela veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a Lei n.º 9.504/97.
- (D) o prazo de inelegibilidade, por abuso de poder econômico ou político, é contado a partir da data da filiação do candidato ao partido.

67. Sobre a propaganda partidária, é correto afirmar que

- (A) a propaganda de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após a indicação do nome do candidato para a convenção.
- (B) a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto, não depende de licença da polícia.
- (C) é vedada, desde 72 horas antes até 48 horas depois das eleições, qualquer propaganda política mediante radio-difusão, televisão, comícios ou reuniões públicas.
- (D) é assegurado aos partidos políticos registrados o direito de fazer inscrever, na fachada de suas sedes e dependências, o nome que os designe, pela forma que melhor lhes parecer, desde que mediante a licença da autoridade pública e de pagamentos das contribuições.

68. Os juízes eleitorais

- (A) serão designados, onde houver mais de uma vara, pelo Superior Tribunal Eleitoral.
- (B) despacharão mensalmente na sede da sua zona eleitoral.
- (C) são competentes para dividir a zona em seções eleitorais.
- (D) são incompetentes para ordenar o registro e cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais.

DIREITO AMBIENTAL

69. Funcionário da Empresa "A" trouxe para seu filho, de outro país, uma ave silvestre, sem o devido parecer técnico e licença expedida por autoridade competente. Após 3 meses, de forma cruel, esse funcionário cortou a garganta da referida ave, sem nenhuma justificativa. Seu diretor, sabendo da existência do animal trazido de forma irregular, responde por ambos os crimes?

- (A) Não, uma vez que não participou desses crimes.
- (B) Sim, responde por ambos os crimes, uma vez que poderia evitá-los.
- (C) Sim, concorre pela prática de ambos os crimes, uma vez que poderia impedir seu funcionário de cometer tais delitos.
- (D) Não, responde pelo crime de introduzir espécime animal no país, de forma irregular; se sua participação for considerada de menor importância, a pena poderá ser diminuída.

70. “B” tem, há 3 anos, um sítio perto de uma fazenda considerada de preservação permanente. No período de festas juninas de 2005, um balão atingiu sua propriedade e o fogo acabou se alastrando, atingindo a floresta. “B” responde pelo crime contra a flora?
- (A) Não, pois não foi ele que soltou o balão.
(B) Sim, responde pelo crime, cuja pena será de detenção – 1 a 3 anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.
(C) Sim, responde pelo crime, cuja pena será de detenção – 1 a 3 anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente, com redução à metade.
(D) Só responderia pela pena se ele tivesse soltado o balão, cuja pena seria de reclusão – 1 a 3 anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente, com redução à metade.
71. Com relação à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, pode-se afirmar que
- I. é integrante do Ministério do Meio Ambiente;
II. é instância colegiada multidisciplinar, tanto de caráter deliberativo como consultivo;
III. seu objetivo é aumentar sua capacitação somente para o meio ambiente.
- De acordo com as assertivas dadas, assinale a alternativa correta.
- (A) Somente II está correta.
(B) Somente III está correta.
(C) Somente I está correta.
(D) Somente I e II estão corretas.
72. Os órgãos e entidades da administração pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente relativas a
- (A) qualidade do meio ambiente e reincidência de infrações ambientais.
(B) substâncias tóxicas e perigosas e organismos geneticamente modificados.
(C) emissões de efluentes líquidos e gasosos e pedidos de licenças para supressão de vegetação.
(D) pedido e licenças para supressão de vegetação e qualidade do meio ambiente.
73. De acordo com a Lei n.º 6.766/79 (Parcelamento do Solo Urbano), aprovado o projeto de loteamento ou desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao Registro Imobiliário dentro do prazo de
- (A) 160 dias, sob pena de caducidade da aprovação.
(B) 110 dias, sob pena de caducidade da aprovação.
(C) 60 dias, prorrogável por igual período, sob pena de caducidade da aprovação.
(D) 180 dias, sob pena de caducidade da aprovação.
74. No que diz respeito à expedição das Licenças Ambientais, assinale a alternativa correta.
- (A) A Licença Prévia deverá ser concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação.
(B) A Licença de Operação diz respeito àquela que autoriza a operação da atividade ou empreendimento antes da verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.
(C) A Licença de Instalação autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos e programas, a serem aprovados, não incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.
(D) A Licença Prévia deverá ser concedida na fase operacional do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, caso haja necessidade.
75. A legitimidade ativa para a propositura de Ação Civil Pública é apenas
- (A) da União, Estado e Municípios.
(B) das autarquias, fundações e empresas públicas.
(C) da União, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou associações.
(D) nenhuma das anteriores.
76. De acordo com o princípio do poluidor pagador, assinale a alternativa correta.
- (A) Esse princípio tem como intuito permitir que alguém polua o meio ambiente mediante o pagamento de certa quantia em espécie, pois o meio ambiente é de valor inestimável (sendo impossível calcular o seu *quantum*) para a sociedade e para as próximas gerações.
(B) Esse princípio busca evitar o dano ambiental, bem como afastar o ônus do custo econômico das costas da coletividade e dirigi-lo diretamente ao utilizador dos recursos ambientais.
(C) Esse princípio está fundado no princípio da responsabilidade, uma vez que exige que o responsável pelo dano arque com as conseqüências do prejuízo ambiental em caso de culpa ou dolo.
(D) Todas as alternativas estão corretas.

77. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é estruturado da seguinte maneira:

- (A) por órgãos superior, consultivo, deliberativo e órgão central, sendo o primeiro, o Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- (B) por órgãos superior, consultivo, deliberativo, central e executor, sendo o segundo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- (C) por órgãos consultivo, deliberativo e executivo, sendo este último, o Conselho Nacional de Meio Ambiente.
- (D) por órgãos superior, consultivo, deliberativo, central e órgão executor, sendo o superior, o Conselho de Governo.

78. Sobre o patrimônio cultural brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Ele é constituído pelos bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e órgãos análogos estaduais e municipais.
- (B) Ele é constituído pelos bens portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, reconhecidos pelo poder público, por meio do tombamento.
- (C) Ele pode ser reconhecido e protegido pelo poder judiciário através da ação civil pública.
- (D) Os municípios não podem ter legislação própria de tombamento, mas apenas observar a legislação federal e estadual existente.

79. Sobre a ação civil pública em defesa do meio ambiente, pode-se afirmar que

- (A) não existe condenação dos legitimados para a propositura dessa modalidade de ação, salvo comprovada má-fé, em honorários advocatícios, custas e despesas processuais.
- (B) por meio dessa modalidade de ação é possível condenar o poluidor pelos danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente.
- (C) não é possível o litisconsórcio facultativo entre o Ministério Público Federal e o Estadual no pólo ativo dessa modalidade de ação.
- (D) a associação que pretende propor essa modalidade de ação deve estar obrigatoriamente constituída há mais de um ano, nos termos da lei civil, e incluir entre suas finalidades institucionais a proteção do meio ambiente.

80. Sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), assinale a alternativa correta.

- (A) Depende de sua elaboração o licenciamento ambiental de estradas de rodagem, ferrovias, oleodutos, aterros sanitários e usinas de geração de eletricidade.
- (B) Deve ser elaborado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados.
- (C) O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é um complemento do EIA em linguagem mais elaborada e complexa, destinada aos cientistas pesquisadores mais ligados ao tema.
- (D) Ele deve contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto.

DIREITO DO CONSUMIDOR

81. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, o ônus da prova no caso de discussão a respeito de publicidade enganosa compete

- (A) ao anunciante da publicidade.
- (B) a quem alega a enganabilidade da publicidade.
- (C) ao consumidor enganado.
- (D) a quem o juiz designar como responsável, uma vez que é cabível a inversão do ônus da prova nesses casos.

82. A intervenção *custos legis* do Ministério Público, em Ação Civil Pública,

- (A) é obrigatória nas ações que envolvam interesses difusos; opcional nas ações que envolvam proteção de interesses individuais homogêneos; e obrigatória nas ações que envolvam interesses coletivos *stricto sensu*.
- (B) é obrigatória nas ações que envolvam interesses difusos; obrigatória nas ações que envolvam interesses coletivos; e obrigatória nas ações que envolvam interesses individuais homogêneos.
- (C) é opcional nas ações que envolvam interesses individuais homogêneos; obrigatória nas ações que envolvam proteção de interesses difusos; e obrigatória nas ações que envolvam interesses coletivos *lato sensu*.
- (D) está vinculada à hipossuficiência dos titulares do direito tutelado.

83. Considerando as seguintes afirmações, a partir do que consta no Código de Defesa do Consumidor:

- I. a responsabilidade pelo fato do produto não admite excludentes;
- II. o prazo para o exercício da pretensão à reparação de danos causados por fato do produto prescreve em 90 dias em se tratando de bens duráveis;
- III. um produto é defeituoso quando não tem a qualidade prometida no momento de sua oferta;
- IV. no caso de caracterização de solidariedade na responsabilidade, o consumidor poderá ajuizar a ação contra qualquer um dos responsáveis que, por sua vez, poderá denunciar a lide ao outro responsável.

Pode-se afirmar que

- (A) todas as assertivas são incorretas.
- (B) as assertivas III e IV são corretas e as assertivas I e II são incorretas.
- (C) as assertivas II, III e IV são corretas e a assertiva I é incorreta.
- (D) a assertiva III é correta e as assertivas I, II e IV são incorretas.

84. Em relação ao tema da proteção contratual no Código de Defesa do Consumidor, é incorreto afirmar que

- (A) é nula a cláusula que determine a utilização compulsória de arbitragem.
- (B) a inserção de cláusula em formulário não desfigura a natureza de contrato de adesão.
- (C) a inserção de uma cláusula abusiva não invalida automaticamente o contrato.
- (D) as cláusulas abusivas são nulas ou anuláveis, a depender da extensão da abusividade.

85. Considerando as seguintes afirmações, a partir do que consta no Código de Defesa do Consumidor:

- I. o *recall* não tem previsão na lei referida;
- II. as informações aos consumidores a respeito dos riscos normais e previsíveis, em decorrência da natureza e fruição de produto industrial, são de responsabilidade do fabricante e do comerciante;
- III. a realização de *recall* pelo produtor de produto indevidamente colocado no mercado caracteriza uma excludente de responsabilidade;
- IV. o fornecedor não deve colocar no mercado produto que apresente alto grau de periculosidade à saúde ou segurança dos consumidores.

Pode-se afirmar que

- (A) as assertivas III e IV são corretas e as assertivas I e II são incorretas.
- (B) todas as assertivas são corretas.
- (C) a assertiva IV é correta e as assertivas I, II e III são incorretas.
- (D) a assertiva I, II e IV são corretas e a assertiva III é incorreta.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

86. Considere as seguintes assertivas sobre os princípios e normas que regem a adoção no direito brasileiro:

- I. não é permitida por lei adoção de menor por casal em que apenas um dos requerentes possui diferença de idade inferior a dezesseis anos em relação ao adotado;
- II. a mulher adotante tem direito à licença-maternidade de trinta dias, em caso de adoção de criança a partir de quatro anos até onze anos de idade;
- III. a lei não permite a adoção de neto, menor de idade, pelos avós biológicos;
- IV. ocorrida na vigência do poder familiar, a adoção depende do consentimento dos pais do adotando e, ainda, do próprio adotando, se maior de doze anos de idade.

Somente está correto o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) IV.

87. Aponte a alternativa que *não* contempla competência da Justiça da Infância e da Juventude.

- (A) Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.
- (B) Suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento, se o menor estiver em situação irregular, nos termos do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) Regulamentação de visitas postuladas por avó da criança e negada pelo genro viúvo.
- (D) Julgamento de fato previsto como crime praticado por menor de 18 anos, em detrimento de bens e serviços da União.

88. Adolescente que cometeu ato infracional recebe pena de advertência na sentença judicial. Devidamente representado pela sua genitora, o menor assina termo de renúncia do direito de recorrer. Seu advogado, entretanto, decide interpor o recurso de apelação da sentença. Nesse caso, deverá o juiz

- (A) deixar de receber o recurso em razão da renúncia do adolescente, uma vez que a sua manifestação de vontade deve prevalecer sobre a do seu patrono, que não pode recorrer contra a vontade do adolescente e da sua genitora.
- (B) deixar de receber o recurso em virtude da ocorrência da preclusão lógica entre a renúncia primeiramente manifestada e a posterior interposição de apelação.
- (C) intimar a representante do adolescente para que se manifeste dizendo se concorda com o prosseguimento da apelação.
- (D) receber a apelação, pois a defesa técnica por advogado é uma garantia do adolescente e deve prevalecer sobre a renúncia.

89. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, verifica-se a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual imposto por um dos pais com quem mora o menor, o juiz poderá determinar, como medida cautelar,
- (A) inclusão do agressor em programa oficial ou comunitário de auxílio.
 - (B) encaminhamento do agressor a tratamento psiquiátrico.
 - (C) advertência.
 - (D) afastamento do agressor da moradia comum.
90. Com relação ao Conselho Tutelar, pode-se afirmar que
- (A) em cada Município somente poderá haver um Conselho Tutelar cujos membros serão escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma reeleição.
 - (B) são requisitos para a candidatura a membro do Conselho: idoneidade moral, idade superior a 25 anos e residência no Município.
 - (C) o exercício efetivo da função de conselheiro assegurará prisão especial em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.
 - (D) é uma das atribuições do Conselho a destituição da tutela da criança ou do adolescente.

JUIZADOS ESPECIAIS

91. Cícero da Silva, domiciliado em Rondonópolis, emitiu um cheque para pagamento de um credor com domicílio em Barra do Garças, que depositou o cheque nessa mesma cidade. Por erro do Banco sacado, cuja sede fica em Cuiabá, o cheque foi devolvido por suposta insuficiência de fundos. Conseqüentemente, o nome do emitente foi remetido ao cadastro de emitentes de cheques sem fundos. Cícero, portanto, quer ajuizar uma ação indenizatória no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) contra o seu Banco perante o Juizado Especial Cível Estadual na Comarca de Rondonópolis.

Com base nesses dados, aponte a alternativa correta.

- (A) A ação deve ser ajuizada na Comarca de Cuiabá, mas ela não pode ser ajuizada perante o Juizado Especial, uma vez que o valor do pedido ultrapassa o valor de alçada legal para esse órgão do Judiciário.
- (B) A ação pode ser ajuizada na Comarca de Barra do Garças, onde o cheque foi devolvido, mas o autor necessitará de advogado para propor a ação perante o Juizado Especial.
- (C) A ação pode ser ajuizada na Comarca de Rondonópolis, mas o autor terá de renunciar ao valor do pedido excedente a quarenta salários mínimos, excetuada a hipótese de conciliação.
- (D) A ação deve ser ajuizada na Comarca de Rondonópolis, mas o autor tem a opção de ajuizá-la na Comarca de Barra do Garças, onde o Banco tem uma agência, necessitando o autor, obrigatoriamente, de advogado para ajuizar a ação em razão do valor da causa.

92. Podem ser parte no processo perante o Juizado Especial Cível Estadual:

- (A) o menor de idade e o preso.
- (B) a massa falida e a microempresa.
- (C) o insolvente civil e a pessoa jurídica.
- (D) o espólio e o comerciante individual.

93. Sobre o procedimento no Juizado Especial Cível Estadual, é correto afirmar que

- (A) não se admitirá litisconsórcio, nem qualquer forma de intervenção de terceiro ou assistência.
- (B) o réu não pode reconvir, mas pode requerer a denunciação à lide e apresentar pedido contraposto, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- (C) se o juiz entender cabível, poderá ele, de ofício, realizar inspeção em pessoas ou coisas, tendo poderes para excluir provas que considerar impertinentes, devendo ainda reduzir a escrito a prova oral produzida em audiência.
- (D) da sentença homologatória de conciliação não caberá recurso, mas da sentença condenatória caberão recurso nominado e embargos de declaração.

94. No tocante aos Juizados Especiais Criminais Estaduais, é correto afirmar que

- (A) a audiência preliminar do processo permite a conciliação de danos entre o infrator e a vítima, que, uma vez aceita, será reduzida a escrito e homologada judicialmente, tendo eficácia de título executivo, que será satisfeito no próprio Juizado.
- (B) a imposição de pena restritiva de direitos ou multa não implicará em reincidência, exceto para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de 5(cinco) anos, mas deverá constar em certidão de antecedentes criminais do condenado.
- (C) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1(um) ano, o processo poderá ser suspenso por 2(dois) a 5(cinco) anos, desde que atendidos certos requisitos legais.
- (D) o período de prova da suspensão, a que se submete o acusado pelo art. 89, da Lei n.º 9.099/95, pode incluir limitação ao direito de locomoção, proibição de frequentar certos lugares e a necessidade de reparar o dano por ele causado.

95. Das decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais são cabíveis os seguintes recursos:

- (A) embargos declaratórios e recurso extraordinário.
- (B) recurso nominado e embargos declaratórios.
- (C) recurso especial e recurso adesivo.
- (D) embargos infringentes e agravo de instrumento.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

96. Aponte a alternativa incorreta sobre o Tribunal de Justiça.

- (A) Quando o *quorum* de julgamento de processos da competência das Câmaras Isoladas estiver incompleto, por suspeição ou impedimento dos seus integrantes, e não for possível a substituição por membro do Tribunal, poderá ser convocado Juiz de 1.ª Instância como substituto.
- (B) Os Desembargadores que compõem o Tribunal, oriundos da Advocacia, serão nomeados pelo Governador do Estado.
- (C) Os Magistrados, embora aposentados, conservarão o título e as prerrogativas do cargo, assim como todas as vantagens que forem ao cargo atribuídas.
- (D) O quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça será fixado pelo Regimento Interno do Tribunal, e a nomeação para os cargos é de competência do Presidente do Tribunal de Justiça.

97. Nos moldes do que dispõe o Código de Organização Judiciária, o servidor da Justiça que receber vantagem, de quem quer que seja, em dinheiro ou não, além das que fizer jus; e exercer outra função pública eletiva ou não, antes de autorizado o afastamento pelo Conselho da Magistratura, ficará sujeito, respectivamente, às seguintes penalidades:

- (A) demissão e disponibilidade com vencimentos proporcionais.
- (B) disponibilidade com vencimentos proporcionais e demissão.
- (C) aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais e remoção compulsória.
- (D) demissão a bem do serviço público e demissão.

98. Assinale a alternativa correta, no tocante às normas relativas ao Juiz de Direito, conforme o Código de Organização Judiciária.

- (A) A função de Diretor do Foro, que será exercida por Juiz de Direito, será designada, a cada dois anos, no mês de março, pelo Presidente do Conselho da Magistratura.
- (B) Na hipótese de proposta do Tribunal Pleno, cuja decisão terá de ser tomada pelo voto de dois terços de seus membros, pela exoneração de Juiz Substituto durante o biênio de estágio, a decisão do Presidente do Tribunal pela exoneração terá de ser assinada até o término do decurso do período de estágio.
- (C) Cada juiz terá dois substitutos sucessivos.
- (D) Ao Juiz de Direito compete instruir os processos da competência do Júri, pronunciando, impronunciando ou absolvendo, sumariamente, o réu.

99. O Magistrado de primeiro grau que se revelar negligente no cumprimento dos deveres do cargo ficará sujeito às seguintes sanções disciplinares:

- (A) remoção compulsória e censura.
- (B) advertência e remoção compulsória.
- (C) advertência, censura e aposentadoria com vencimentos proporcionais.
- (D) censura, remoção compulsória e disponibilidade com vencimentos proporcionais.

100. As correições

- (A) poderão ser permanentes, realizadas pelos Juízes de Direito, ou extraordinárias, realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça.
- (B) permanentes compreendem, além de outros órgãos, a inspeção de Cartórios, Delegacias de Polícia e prisões.
- (C) extraordinárias serão parciais ou gerais e deverão ser realizadas unicamente por determinação do Conselho da Magistratura.
- (D) ordinárias, feitas pelo Corregedor-Geral de Justiça, anualmente, precedidas de aviso, servirão para que essa autoridade receba reclamações sobre a prestação da Justiça na Comarca.

